



Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 306, DE 14 DE JULHO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 7º, inciso I, do Decreto nº 8.670, de 12 de fevereiro de 2016, bem como o disposto no Decreto nº 8.784, de 07 de junho de 2016, resolve:

Art. 1º Ampliar e remanejar os limites de pagamento de que trata o Anexo II, do Decreto nº 8.670, de 12 de fevereiro de 2016, bem como ajustar o detalhamento do Anexo I e III da Portaria MF nº 195, de 07 de junho de 2016, e alterações, na forma dos Anexos I, II, III e IV desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES

ANEXO I

REDUÇÃO DOS LIMITES DE PAGAMENTO RELATIVOS A DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTARIA PARA 2016 E AOS RESTOS A PAGAR

ANEXO II DO DECRETO Nº 8.670, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016 - DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO I DA PORTARIA MF Nº 195, DE 13 DE JUNHO DE 2016

| ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS  | Até Jul | Até Ago | Até Set | Até Out | Até Nov | Até Dez |
|-------------------------------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| 39000 Ministério dos Transportes    | 5.000   | 10.000  | 15.000  | 20.000  | 25.000  | 30.000  |
| 71000 Encargos Financeiros da União | 5.000   | 10.000  | 15.000  | 20.000  | 25.000  | 30.000  |
| Total                               | 10.000  | 20.000  | 30.000  | 40.000  | 50.000  | 60.000  |

Fontes: Todas as fontes, exceto as fontes 150, 250 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

ANEXO II

ACRÉSCIMO DOS LIMITES DE PAGAMENTO RELATIVOS A DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTARIA PARA 2016 E AOS RESTOS A PAGAR

ANEXO II DO DECRETO Nº 8.670, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016 - DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO I DA PORTARIA MF Nº 195, DE 13 DE JUNHO DE 2016

| ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS       | Até Jul | Até Ago | Até Set | Até Out | Até Nov | Até Dez   |
|--|---------|---------|---------|---------|---------|-----------|
| 30000 Ministério da Justiça              | 187.656 | 221.656 | 281.656 | 281.656 | 281.656 | 281.656   |
| 35000 Ministério das Relações Exteriores | 110.000 | 213.000 | 321.000 | 429.000 | 537.000 | 580.000   |
| 63000 Advocacia-Geral da União           | 49.466  | 62.164  | 70.660  | 80.539  | 90.445  | 100.352   |
| 68000 Secretaria de Portos               | 10.000  | 20.000  | 30.000  | 40.000  | 50.000  | 60.000    |
| Total                                    | 357.122 | 516.820 | 703.317 | 831.196 | 959.102 | 1.022.009 |

Fontes: Todas as fontes, exceto as fontes 150, 250 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

ANEXO III

REDUÇÃO DOS LIMITES DE PAGAMENTO RELATIVOS A DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTARIA PARA 2016 E AOS RESTOS A PAGAR

ANEXO II DO DECRETO Nº 8.670, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016 - DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO III DA PORTARIA MF Nº 195, DE 13 DE JUNHO DE 2016

| ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS  | Até Jul | Até Ago | Até Set | Até Out | Até Nov | Até Dez |
|-------------------------------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| 39000 Ministério dos Transportes    | 54.330  | 90.000  | 90.000  | 90.000  | 90.000  | 90.000  |
| 71000 Encargos Financeiros da União | 30.000  | 60.000  | 90.000  | 90.000  | 90.000  | 90.000  |
| Total                               | 84.330  | 150.000 | 180.000 | 180.000 | 180.000 | 180.000 |

Nota: Inclui Emendas de Bancada Estadual.

ANEXO IV

ACRÉSCIMO DOS LIMITES DE PAGAMENTO RELATIVOS A DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTARIA PARA 2016 E AOS RESTOS A PAGAR

ANEXO II DO DECRETO Nº 8.670, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016 - DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO III DA PORTARIA MF Nº 195, DE 13 DE JUNHO DE 2016

| ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS  | Até Jul | Até Ago | Até Set | Até Out | Até Nov | Até Dez |
|-------------------------------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| 68000 Secretaria de Portos          | 84.330  | 150.000 | 180.000 | 180.000 | 180.000 | 180.000 |
| 32000 Ministério de Minas e Energia | 6.650   | 6.650   | 4.988   | 3.326   | 1.664   | -       |
| Total                               | 90.980  | 156.650 | 184.988 | 183.326 | 181.664 | 180.000 |

Nota: Inclui Emendas de Bancada Estadual

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012016071500027

PORTARIA Nº 307, DE 14 DE JULHO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e no art. 31 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, resolve:

Art. 1º Estabelecer que, para o mês de julho de 2016, os fatores de atualização:

I - das contribuições vertidas de janeiro de 1967 a junho de 1975, para fins de cálculo do pecúlio (dupla cota) correspondente, serão apurados mediante a aplicação do índice de reajustamento de 1,002043 - Taxa Referencial-TR do mês de junho de 2016;

II - das contribuições vertidas de julho de 1975 a julho de 1991, para fins de cálculo de pecúlio (simples), serão apurados mediante a aplicação do índice de reajustamento de 1,005350 - Taxa Referencial-TR do mês de junho de 2016 mais juros;

III - das contribuições vertidas a partir de agosto de 1991, para fins de cálculo de pecúlio (novo), serão apurados mediante a aplicação do índice de reajustamento de 1,002043- Taxa Referencial-TR do mês de junho de 2016; e

IV - dos salários-de-contribuição, para fins de concessão de benefícios no âmbito de Acordos Internacionais, serão apurados mediante a aplicação do índice de 1,004700.

Art. 2º A atualização monetária dos salários-de-contribuição para a apuração do salário-de-benefício, de que trata o art. 33 do Regulamento da Previdência Social - RPS, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, e a atualização monetária das parcelas relativas aos benefícios pagos com atraso, de que trata o art. 175 do referido Regulamento, no mês de julho, será efetuada mediante a aplicação do índice de 1,004700.

Art. 3º A atualização de que tratam os §§ 2º a 5º do art. 154 do RPS, será efetuada com base no mesmo índice a que se refere o art. 2º.

Art. 4º Se após a atualização monetária dos valores de que tratam os §§ 2º a 5º do art. 154 e o art. 175 do RPS, os valores devidos forem inferiores ao valor original da dívida, deverão ser mantidos os valores originais.

Art. 5º As respectivas tabelas com os fatores de atualização, mês a mês, encontram-se na rede mundial de computadores, no sítio <http://www.mtps.gov.br>, página "Legislação".

Art. 6º O Ministério da Fazenda, o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - DATAPREV adotarão as providências necessárias ao cumprimento do disposto nesta Portaria.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES

PORTARIA Nº 308, DE 14 DE JULHO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição e tendo em vista o disposto no § 2º do art. 25 da Portaria nº 6.209/MPs, de 16 de dezembro de 1999, resolve:

Art. 1º Estabelecer que, para o mês de junho de 2016, o valor médio da renda mensal do total de benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS é de R\$ 1.122,42 (um mil cento e vinte e dois reais e quarenta e dois centavos).

Art. 2º O INSS e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - DATAPREV adotarão as providências necessárias ao cumprimento do disposto nesta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES

DESPACHOS DO MINISTRO

Em 14 de julho de 2016

Processo nº 17944.000602/97-33.

Interessado: Estado de Goiás.

Assunto: Sexto Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato de Confissão, Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas nº 007/98 STN/COAFI celebrado entre a União e o Estado de Goiás em 25 de março de 1998, ao amparo da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997. Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal. Implementação da regra de que trata o § 5º do art. 3º da Lei nº 9.496, de 1997, com a redação dada pelo art. 8º da Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014.

Despacho: Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, autorizo, nos termos do artigo 9º da Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, e do art. 14 do Decreto nº 8.616, de 29 de dezembro de 2015, a contratação, mediante o cumprimento das exigências legais . Publique-se e restitua-se à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para a adoção das providências complementares.

Processo nº: 17944.000728/97-71.

Interessado: Estado do Ceará.

Assunto:. Quarto Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato de Confissão, Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas, que entre se celebram a União e o Estado do Ceará, com a interveniência do Banco do Brasil S/A, nos termos da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, da Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, e dos Decretos nº 8.616, de 29 de dezembro de 2015 e 8.665, de 10 de fevereiro de 2016.

Despacho: Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, bem como o Parecer nº 005/2016/DENOR/CGU, aprovado pelo Advogado-Geral da União, autorizo o Aditivo mediante o cumprimento das exigências legais.

Processo nº: 17944.000983/97-79.

Interessado: Estado do Amazonas.

Assunto: Quinto Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato de Confissão, Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas firmado entre a União e o Estado do Amazonas em 11 de março de 1998, que, entre si, celebram a União e o Estado do Amazonas, com a interveniência do Banco do Brasil S.A., nos termos do disposto na Lei nº 9.496, de 11 setembro de 1997, na Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, com redação dada pela Lei Complementar nº 151, de 5 de agosto de 2015, no Decreto nº 8.616, de 29 de dezembro de 2015, e no Decreto nº 8.665, de 10 de fevereiro de 2016.

Despacho: Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, bem como o Parecer nº 005/2016/DENOR/CGU, aprovado pelo Advogado-Geral da União, autorizo a contratação mediante o cumprimento das exigências legais.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.